abralic
XIV Congresso Internacional
Fluxos e correntes: trânsitos e traduções literárias
ANAIS ELETRÔNICOS
ISSN 2317-157X

NARRATIVAS DA NAÇÃO: PROJETO DE APAZIGUAMENTO DO PASSADO ESCRAVISTA NO BRASIL

Lyanna Carvalho (UFRJ)

RESUMO: Este trabalho procura, a partir de uma perspectiva teórico-metodológica dos atuais estudos da Literatura Comparada, observar, no discurso intelectual das últimas décadas do século XIX, a construção do lugar do ex-escravo negro na sociedade brasileira. Assis Chateaubriand, em 1922, compara o contexto brasileiro ao estadunidense para explicar que, no Brasil, o ex-escravo, "praticamente da família", não encontrara resistência em sua inserção social após o 1888. Partimos da hipótese desse discurso apaziguador da escravidão como exemplo de uma característica das narrativas (Bhabha, 1990) de fundação do nosso período de colonialismo interno, e reunimos um conjunto de semelhantes comparações entre a escravidão no Brasil e nos Estados Unidos para verificar como o tema foi tratado pelos intelectuais brasileiros no contexto posterior à abolição. Especificamente, levantamos a hipótese de que uma espécie de ideologia do negro inserido não só silencia uma tensão histórica entre a importação de valores liberais e a sua incorporação na lógica específica da colônia, como fortalece os contornos do que passa a caracterizar as relações específicas de dominação nesta lógica, em situações como o clientelismo, o apadrinhamento, e uma série de interações sociais calcadas no favor (Schwarz, 2000). Abordamos o tema a partir do exercício hermenêutico sobre textos de intelectuais cuja produção foi condicionada também pelas diretrizes do Estado-Nação liberal (Ortiz, 2005), como Joaquim Nabuco, Eduardo Prado e Affonso Celso..

Palavras-chave: Escravidão. Narrativas fundadoras. Nação. Intelectuais brasileiros.

Introdução

No contexto atual dos estudos latino-americanos, tem-se, em muito, questionado a construção narrativa do nosso passado: pela compreensão de que se trata de uma construção, o fato de estar condicionada a uma série de fatores ligados às relações coloniais – relações de dominação – tem, cada vez mais, despertado o interesse pelo questionamento dessa histórica dada como única, como universal. A valorização de ideias e práticas europeias durantes séculos de colonização, as quais não deixam de lançar resíduos após as independências, nos acusam todo um canône discursivo que, mais do que alcançar uma compreensão uníca dos nossos processos históricos, constantemente denuncia as contradições de seu próprio processo de construção e consolidação. A preocupação de vários intelectuais em definir as nações latino-

ANAIS ELETRÔNICOS
ISSN 2317-157X

americanas nos evidencia o esforço, a *performance* que é a construção da unidade nacional. Sendo a existência da nação um "plebiscito diário", como formula Ernest Renan (1996, p. 48), sua formulação é condicionada por uma série de fatores necessariamente contraditórios. Como construção, há uma intencionalidade que deve ser destrinchada na busca por compreender melhor os processos de dominação imbrincados neste processo. Quando Anderson fala que, na formação da nação, é necessário esquecer, é importante lembrar o acréscimo de Homi Bhabha:

> esse esquecimento – que significa uma negatividade na origem – constitui o início da narrativa da nação. [...] É através dessa sintaxe do esquecimento – ou do ser obrigado a esquecer – na construção do presente nacional – não é uma questão de memória histórica; é a construção de um discurso de sociedade que performa [*performs*] o problema de totalizar o povo e unificar a vontade nacional. (1994, p. 230)

Como um exercício narrativo, interessa-nos ora observar nossas narrativas fundadoras, considerando ademais o nosso contexto latino-americano específico. O status de colônia – status que ultrapassa seu significado primevo de posse de uma metrópole – coloca o intelectual da "periferia"[1] em um papel *sui generis*: sua tarefa consiste em "transportar" à situação local valores e ideologias modelos, atípicos à realidade local, e, portanto, talvez impossíveis a esta mesma. Esses intelectuais, ainda, procuram articular-se a um campo estrangeiro, sendo, na contrapartida, parte integrante e ativa do contexto sobre o qual escrevem, e que muitas vezes criticam. É um lugar de tensão, de inconciliação, que resulta em narrativas extremamente criativas e que, por essa condição, denunciam as contradições históricas sob as quais emergem.

Com essas características das narrativas nacionais e dos intelectuais brasileiros em vista, procuramos analisar um conjunto de fragmentos em que tais intelectuais, no contexto de consolidação da república, trazem à tona a questão da escravidão no Brasil

[1] No Brasil, Renato Ortiz sintetiza o papel "mediador" desse intelectual: "A ideia de construção nos remete a uma outra noção, a de mediação. Ao colocarmos a identidade como um elemento de segunda ordem, estamos implicitamente nos referindo aos agentes que a constroem. Se existem duas ordens de fenômenos distintos, o popular (plural) e o nacional, é necessário um elemento exterior a essas duas dimensões que atue como agente intermediário. São os intelectuais que desempenham esta tarefa de mediadores simbólicos." (1994, p. 139)

em comparação com a escravidão nos Estados Unidos. Procuramos ver por que a via constitutiva pela comparação, que elege horizontes, modelos e paradigmas para dizer a nação, é um grande gerador de tensões que mantêm antigas e históricas relações de dominação.

A comparação com os Estados Unidos e projeto de apaziguamento do passado escravista no Brasil

> *Era uma singular situação, a daquele preto africano, ainda certamente pouco esquecido das dores do seu longo cativeiro, lançando mão dos resíduos de suas ingênuas crenças tribais, resíduos que tão a custo tinham resistido ao seu transplante forçado para terras de outros deuses – e empregando-os na consolação dos seus senhores de outro tempo. (Lima Barreto)*

Chamamos inicialmente, no fragmento, a atenção para a expressão "senhores de outro tempo". Que "outro tempo" seria esse? O trecho de Lima Barreto é-nos um bom ponto de partida porque aponta para a questão do tempo e da temporalidade na formulação da condição do ex-escravo. "Outro tempo" poderia ser, por um lado, o passado que já não mais é, rompido tão fortemente pelos novos tempos que, de repente, é remoto; um passado que deixa, pois, de constituir o presente. É o distante outrora de que nos lembra Lilia Moritz Schwarcz sobre o Hino da Proclamação da República no prefácio à tradução de *Comunidades Imaginadas* (ANDERSON, 2008). No hino, canta-se "Nós nem cremos que escravos outrora / Tenha havido em tão nobre País", sendo que a Lei Áurea havia sido assinada no ano anterior. Por outro lado, podemos pensar, a partir da expressão, em uma temporalidade distinta e distintiva entre senhores e de escravos, e é essa perspectiva ou experiência do tempo um dos focos do nosso trabalho, que é a experiência de tempo do colonizador.

Se reconhecermos a experiência do tempo enquanto progresso como marcadamente europeia, vinculada a toda uma matriz ideológica que se fortaleceu principalmente no contato com o outro, com o não civilizado, poderemos notar que a observação constante das nações periféricas enquanto devires (sempre pela falta do que as tornaria plenamente "civilizadas") é uma construção que responde à lógica de

ANAIS ELETRÔNICOS
ISSN 2317-157X

dominação, e a perpetua. Os valores liberais, prismas pelos quais se olham de longe os modelos avançados, mesmo enfatizando o que de "avanço" podem ter produzido ao contexto europeu, reproduzem-se de forma "descolada" nas realidades periféricas. Isso porque eles não reconhecem os valores distintos, as temporalidades distintas, as vias alternativas à linearidade progressiva. O progresso não aceita a contradição. Homi Bhabha explica como a contradição irrompe quando se aplicam os valores liberais a lógicas outras:

> Não é que o liberalismo não reconheça a discriminação racial ou sexual – ele sempre esteve à frente dessas lutas. Mas existe um problema recorrente nessa noção de igualdade: o liberalismo compreende um conceito não diferencial de tempo cultural. No momento em que o discurso liberal tenta normalizar a diferença cultural, transformar a pressuposição de respeito cultural mútuo em reconhecimento de valor cultural mútuo, ele não reconhece as temporalidades disjuntivas e fronteiriças das culturas minoritárias e parciais. (2011, p. 54)

As narrativas fundadoras das nações correspondem ao modelo de experiência de tempo europeu, organizando o que define o nacional a partir de suas potencialidades em relação a um futuro que é progresso. Na lógica colonial e neocolonial, esse progresso certamente sempre foi e ainda é um conceito impreciso, uma ideia permeada de contradições, mas o que atravessa essa leitura é uma formulação do nacional pela seleção de modelos identitários e culturais como paradigma do que se considera civilização. Assim, a vida política, cultural e econômica europeia define, por subtração, como nos lembra Roberto Schwarz (2014), o indivíduo e a sociedade ultramar. A canônica dicotomia civilização-barbárie sob a qual se observaram as nossas sociedades coloca-nos sob o emblema do porvir que nunca vem de fato e do entrave que tudo o que não é europeu parece significar à pretensa unidade da nação. Essas narrativas passam pela questão de tanto terem que dar conta da realidade local quanto de um modelo exportado, e, mais do que mera cópia de parâmetros considerados ideiais, vemos como essa tarefa de "adaptação", "tradução", resulta em formulações que dizem respeito à nossa realidade local, inclusive (e tanto mais) em suas fissuras e incoerências. O caso das narrativas após abolição é emblemático nesse sentido.

O Brasil tem o problema distintivo da grande maioria dos países de colonização hispânica, o fato não só da adoação do trabalho escravo, mas de sua perpetuação para bem além do bom senso pela observação da ideologia humanista nas nações vizinhas e das pressões inglesas. A instituição era obviamente retrógrada, em marcha contra o progresso, e este é tema narrativo pelo menos desde a independência, não se articulando, certamente, somente ao contexto da Lei Áurea ou do advento da República. Temos, anteriormente ao ano de 1888, uma consideravelmente vasta literatura abolicionista, aos exemplos de Nabuco, André Rebouças, José do Patrocínio. Após a abolição, no entanto, o negro praticamente desaparece dessas narrativas, já que se torna, ou deve se tornar, questão resolvida. Nessa primazia da observação pelo prisma da instituição, e não da sociedade, e na tentativa de resolver o passado, procuramos compreender como o tema da escravidão apareceu no discurso intelectual.

Após a abolição e o advento da república, no contexto de formulação de um Brasil finalmente liberal, democrático, há, como mecanismo de conciliação com o passado, um recurso recorrente no tratamento da escravidão, o da comparação da escravidão no Brasil com a nos Estados Unidos. Este caso nos é interessante porque as narrativas adotam um modelo negativo: a comparação serve-nos não para apontar uma defasagem, mas para nos colocar à frente de um de nossos horizontes constitutivos, o único modelo americano de democracia liberal reconhecidamente bem-sucedida.

Partimos em nossa pesquisa da comparação que Assis Chateaubriand (1922, p.85) faz na revista *Homenaje al Brasil* de *La Nación*, um conjunto de textos de intelectuais brasileiros traduzidos ao espanhol pelo jornal *La Nación*, em ocasião do primeiro Centenário da Independência do Brasil. Esse texto introduz-se ao leitor com a informação de que, no Brasil, havia uma igualdade de tratamento social, marcada por um *ethos* de cordialidade e afetividade; de que, mesmo em um sistema escravista, a "gente de color" era bem tratada. Os escravos que serviam dentro de casa, explica, passavam toda a vida com a família, tornando-se parte dela. Tal tratamento supostamente igualitário – e o autor enfatiza o seu argumento a partir de uma observação feita pelo presidente Theodore Roosevelt em visita ao Brasil nos anos 10 – significara uma *evolução* maior que a que houve nos Estados Unidos, especialmente

após a Lei Áurea. Isso porque, na América do Norte, houvera um trabalho de segregação, sob o discurso de que os negros libertos deveriam retornar à África, mantendo-se distante da civilização branca. O Brasil, na contrapartida, pelos cruzamentos inter-raciais e pela imigração, tinha sido bem sucedido na assimilação do elemento negro, em processo contínuo de branqueamento.

Partindo de um conjunto de comparações, observamos que, tratando-se da escravidão enquanto instituição, há bem menos tensões na negociação entre o devir europeu e o passado escravista do Brasil do que há no tratamento da inserção do ex-escravo na sociedade. A legalidade da escravidão por séculos era fator "inesquecível": aqui os intelectuais, na "cidade letrada", nos termos de Ángel Rama, lidavam com suas fontes primevas, as leis, os documentos, bem mais enrigecidos para a construção da nação. Aceitando-se, pois, um passado escravista, a tarefa seria, então, reinterpretar o contexto de sua existência. Um processo mais óbvio é, nesse sentido, colocá-lo como uma das ameaças à unidade do Brasil recém republicano. Eduardo Prado escreve em seu *A Ilusão Americana*:

> Enquanto no Brasil não houve escravocratas que tivessem o cinismo de querer legitimar a iníqua instituição, nos Estados Unidos, onde os senhores de escravos foram muito mais cruéis que no Brasil, publicaram-se livros, sermões, com a apologia científica e até religiosa da escravidão, e chegou o momento em que metade do país julgou que, para conservar e estender a escravidão, valia a pena sacrificar a própria pátria americana. O escravismo sobrepujou o patriotismo. E rompeu a guerra civil mais terrível e mais sangrenta de que reza a história. (2001, p.45-46)

O escravismo será visto, então, como anti-patriótico, como ameaça à nação, em um momento em que esta procura se organizar. A ciência e *até* a religião não serviriam, pois, de argumento independente se não se articulassem em favor da nação. E Prado aponta também para crueldade da instituição, como prática bárbara dos Estados Unidos (implicitamente, ao contrário de no Brasil...).

Ainda, em denúncia ao nosso espírito de imitação, o autor acrescenta que a escravidão só durara tanto no Brasil por causa dos Estados Unidos:

> Não teríamos conservado por tanto tempo aquela instituição inóqua, se a maior nação da América não tivesse tentado legitimá-la, e se, da parte escravocrata dos Estados Unidos, não nos viesse o incentivo, se

ANAIS ELETRÔNICOS
ISSN 2317-157X

> não chegasse até nós a notícia do que se dizia e do que se fazia nos Estados Unidos para defender a escravidão. (PRADO, 2001, p.144-145)

Assim, a escravidão acusava tanto uma ameaça à unidade nacional quanto um resíduo do nosso espírito de imitação – característica marcadamente degradantes de nossa sociedade. Pela via dupla da ameaça ao que seria autenticamente nosso, a escravidão vai se adequando aos moldes de um passado coeso, pouco violento, digno da unidade tão buscada.

Apresentando um Brasil também incapaz, à sombra dos Estados Unidos, quanto à instituição da escravidão, o abolicionista Joaquim Nabuco cita duas causas que fizeram minar o movimento do qual foi parte no início da década de 70. Em primeiro lugar, era entrave a época em que foi lançada a ideia:

> A humanidade estava por demais adiantada para que se pudesse ainda defender em princípio a escravidão, como o haviam feito nos Estados Unidos. A raça latina não tem dessas coragens. O sentimento de ser a última nação de escravos humilhava a nossa altivez e emulação de país novo. (NABUCO, s/d, p.188)

A vergonha de estar na contramão, em oposição à altivez desafiadora dos norte-americanos, é aqui vista como perpetuador da questão. A passividade como característica nacional, no entanto, só poderia tomar força se alcançasse toda a nação. E, com este pressuposto, o autor logo em seguida aborda a questão social, apontando um segundo motivo para a perenidade das ideias na década de 70:

> Depois, à fraqueza e à doçura do caráter nacional, ao qual o escravo tinha comunicado sua bondade e a escravidão o seu relaxamento. Compare-se nesse ponto o que ela foi no Brasil com o que foi na América do Norte. No Brasil, a escravidão é uma fusão de raças; nos Estados Unidos, é a guerra entre elas. Nossos proprietários emancipavam aos centos os seus escravos, em vez de se unirem para linchar os abolicionistas, como fariam os criadores do Kentucky ou os plantadores da Luisiana. (NABUCO, s/d, p.188-189)

A leitura social do problema particularmente nos interessa. Contrariamente à instituição, eivada de documentos que a legitimavam, a condição subumana do ex-escravo exige um desenvolvimento maior para se justificar e se conformar à unidade da nação. As narrativas precisavam dar conta de uma realidade ainda não resolvida;

precisavam criar uma coesão. Disso resulta que, nas narrativas, o que se comenta é que ao negro se destinaram vários direitos. Os dizeres de Nabuco enfatizam que os proprietários, voluntariamente, emancipavam seus escravos. Observe-se também a comparação na emotiva obra *Por que me ufano do meu país*:

> Contribuíram tantos serviços para que no Brasil jamais houvesse preconceito de cor. Já nos tempos coloniais, determinava o rei (provisão de 9 de Maio de 1731) que o acidente da cor não constituía obstáculo apra que um homem exercesse o cargo de procurador da coroa. [...] Nos Estados Unidos, mesmo agora, a desigualdade social entre pretos e brancos subsiste até depois da morte; em certos lugares há cemitérios diferentes para uns e outros! (CELSO, 2001, p.104)

Legalmente, são oferecidos direitos ao negro que, sabemos, nunca se realizaram na prática. Assim, o futuro aparece-lhes sem entraves, desconsiderando os já criados e engessados pelo passado. E, mais, os direitos que não se realizam na prática têm nas narrativas ares resolutos – novamente o poder da letra. Na prática, significavam apenas concessões formais, reproduzindo, aos escravos agora libertos, a lógica do *favor* (Schwarz, 2000). "Favor" porque é exatamente arbritário e concedido na medida em que interessa a quem concede, porque é oportuno:

> Sua regra (as ideologias da colônia) é outra, diversa da que denominam; é da ordem do relevo social, em detrimento de sua intenção cognitiva e de sistema. Deriva sossegadamente do óbvio, sabido de todos – da inevitável superioridade da Europa – e liga-se ao momento expressivo, de autoestima e fantasia, que existe no favor. (SCHWARZ, 2000, p.19)

O que acontece, perversamente, é que a concessão de favores, no contexto de apaziguamento da escravidão, ameniza o "sofrimento" do senhor pela exploração do escravo. O que se performa como memória coletiva (e afetiva), é, pois, um passado que alivia a vergonha do branco, não o sofrimento do negro. E, assim, por concessão, o negro pode ser parte da sociedade:

> [os negros africanos] Foram os mais úteis e desinteressados colonizadores da nossa terra que fecundaram com o seu trabalho. Animavam-nos instintos de independência, como prova a formação dos quilombos de Palmares. Sacrificaram-se, entretanto, aos seus senhores, nem sempre benévolos, mas, em todo caso, menos bárbaros que os de outros países, especialmente os dos Estados Unidos. . (CELSO, 2001, p.103).

ANAIS ELETRÔNICOS
ISSN 2317-157X

No lugar da experiência particular, na experiência cotidiana da colônia, o lugar dedicado ao ex-escravo evidencia uma negociação ainda mais tensa, mais contraditória, do que o da tentativa de reformular apenas o passado escravista. Se este era ameaça à unidade, devendo ser (e sendo) redesenhado pelos novos rumos republicanos, o negro remanescente deve desaparecer como parte dessa unidade. Affonso Celso ainda acrescenta sobre a atuação dos negros na sociedade: "As negras eram geralmente as amas de leite dos filhos dos brancos, e, obrigadas a abandonar a própria prole pela alheia, tratavam esta com devotamento e carinho extraordinários." (2001, p.103)

E o negro passa também a desempenhar um papel que, contraditoriamente ao tratamento da escravidão, o relaciona à unidade da nação. Nestes dois últimos trechos, percebemos que a mesma narrativa que os torna ativos é a que os apassiva: como coniventes com a própria situação de escravidão, "escolhiam" participar da nação, como heróis ou como amas de leite, como cidadãos ativos portadores de direitos ou como parentes das famílias tradicionais. No âmbito institucional, a escravidão é vista como ameaça; no âmbito privado, o escravo, passivo, é parte da família e, ativamente, da nação. A ele é concedido, pelas letras, o mesmo lugar do descendente europeu, como se não houvesse um passado que não cessa de distingui-los no presente.

Conclusão

Buscamos compreender, nesta seleção de comparações entre o Brasil e os Estados Unidos, um dos processos pelos quais criamos um passado de mutilação curamajos resíduos o nosso presente não cessa de denunciar. Especificamente em termos de construção narrativa, vemos que a validade de todos os argumentos apaziguadores que mencionamos está simplesmente na consideração dos Estados Unidos como um estágio avançado de civilização. E essa escolha de um horizonte civilizatório, em tratamento linear, progressivo, das questões nacionais é, logo, extremamente perversa, porque a violência de séculos de escravidão é amenizada. Enfim: esquece-se. E esse esquecimento é, necessariamente, mutilador, ainda que o

esquecer nos coloque, quanto a essa temática, à frente dos Estados Unidos. Ou seja: mesmo quando estamos na frente, estamos atrasados.

Como modelo, os Estados Unidos tanto permitem a justificativa da larga perpetuação da escravidão, como, principalmente, possibilitam amenizar o tratamento dado ao negro ex-escravo. Este segundo alcance da comparação é ainda mais complexo. Se nos Estados Unidos a violência foi mais explícita, no Brasil ela se tornará tão mais implícita a partir dessa distinção. Afastando-se do modelo norte-americano, a sociedade brasileira se torna conivente, e o escravo se torna dócil. Isso significa que assumir o horizonte, na lógica da colônia, alimenta, pois, as relações sociais que vão dando contornos ao aparato de dominação e supressão que atravessa a história (e as narrativas históricas) da nação. O tempo unívoco do progresso não é capaz de comportar as contradições que a tentativa de inserção do Brasil no "universalismo" europeu necessariamente faz emergir. Nesse contexto, o tempo dos negros escravos é o tempo que não mais é, é constantemente o tempo passado, é o distante outrora.

Referências

ANDERSON, B. *Comunidades imaginadas: Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo.* São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

BHABHA, H. *The location of culture.* London: Routledge, 1994.

____. *Bazar global e o clube dos cavaleiros ingleses – Textos seletos*. COUTINHO, E. (org). Rio de Janeiro: Rocco, 2011.

CELSO, A. *Por que me ufano do meu país.* Rio de Janeiro, Expressão e Cultura, 2001.

CHATEAUBRIAND, A. "El Brasil politico y social" in LA NACIÓN. *Un homenaje al Brasil en la fecha de su primer Centenario.* Buenos Aires: La Nación, 1922.

ANAIS ELETRÔNICOS
ISSN 2317-157X

NABUCO, J. *Minha formação*. Brasília: Senado Federal, Edições Eletrônicas, s/d.

PRADO, E. *A ilusão Americana*. São Paulo: Alfa-Omega, 2001.

RENAN, E. *Qu'est-ce qu'une nation / What is a nation?* Toronto: Tapir Press, 1996.

SCHWARZ, R. *Ao vencedor as batatas*. São Paulo: Duas cidades; Ed.34, 2000.

____. Nacional por subtração, in: *As ideias fora do lugar: ensaios selecionados*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.